



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019

ATA N.º 05/2019

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas e trinta minutos, realizou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, nesta cidade de Lagoa - Açores, Concelho de Lagoa - Açores, sob a Presidência do Primeiro Secretário Manuel António Rodrigues, em substituição do Presidente José Manuel Dias Pereira, da Deputada Municipal Edite Souto de Freitas Preto, na qualidade de Primeira Secretária, e da Segunda Secretária Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes, Frederico Furtado de Sousa, Maria dos Anjos da Silva Costa Silva, Pedro Miguel Sousa Rodrigues, César Augusto Medeiros Pacheco, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Vítor Manuel Medeiros Sousa, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, José Eduardo da Cunha Pacheco, André Carvalho Almeida, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Carla Mota Martins Galvão, Adriano Manuel Mota Costa, Gilberto de Sousa Borges, Sérgio Paulo Botelho Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros: José Manuel Dias Pereira, Pedro Alexandre Gomes Marques, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Francisco Ferreira de Magalhães e Paulo Ricardo Pereira de Melo.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Cristina de Fátima Silva Calisto, acompanhada pelos Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Informou que se encontrava na qualidade de Presidente desta Assembleia Municipal, porque o Dr. Dias Pereira estava ausente da Ilha, por motivos pessoais e inadiáveis. Saudou a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais e todos os presentes que se disponibilizaram para participar nesta sessão, em prol do Concelho da Lagoa e dos interesses daqueles que os elegeram e confiaram o seu voto.

Agradeceu a presença e a colaboração de todos, no decurso desta 4.^a sessão ordinária da Assembleia Municipal do ano de 2019, pois espera que seja profícua e que decorra da melhor forma possível.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que foram enviadas cópias das atas a todos os Deputados Municipais, que fosse dispensada a leitura das atas, o que foi aceite, por unanimidade. De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da terceira sessão ordinária, de 25 de junho de 2019 e a ata da sessão extraordinária, de 26 de agosto de 2019.

As atas foram aprovadas, por unanimidade, não tendo participado na votação da ata da terceira sessão ordinária, de 25 de junho de 2019, os membros Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo, Edite Souto de Freitas Preto e Vítor Manuel Medeiros Sousa, porque não estiveram presentes naquela sessão. Na ata da sessão extraordinária, de 26 de agosto de 2019, não participou na votação, os membros Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes, Edite Souto de Freitas Preto, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, André Carvalho Almeida e Carla Mota Martins Galvão, porque não estiveram presentes naquela sessão, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida, no período de 26 de junho a 30 de setembro de 2019, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta.

Pelos membros Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes, André Carvalho Almeida e Carla Mota Martins Galvão, foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 26 de agosto de 2019 e pelos membros José Manuel Dias Pereira, Pedro Alexandre Gomes Marques, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Francisco Ferreira de Magalhães e Paulo Ricardo Pereira de Melo foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 30 de setembro de 2019.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA DA CIDADE DE LAGOA:

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Gilberto Borges, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e manifestou a sua satisfação pelo facto da Câmara Municipal de Lagoa, em breve, avançar com a construção da Ciclovia da Cidade de Lagoa. É uma grande obra que vem enriquecer a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário e o Concelho de Lagoa e finalmente é possível a Câmara Municipal poder avançar com esta obra, que aguardavam há algum tempo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, saudou todos os presentes e informou que na passada quarta-feira recebeu a comunicação do Tribunal de Contas, com a obtenção do visto no processo da obra de Construção da Ciclovia da Cidade de Lagoa, cujo contrato foi assinado com a empresa Afavias, em março de 2019. Deu conhecimento desta informação, na passada reunião da Câmara Municipal, e ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, localidade onde decorrerá a obra. Acrescentou, que será assinado o auto da consignação e dar-se-á início à execução da obra, no próximo dia 14 de outubro.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário questionou por onde irão iniciar a obra, tendo a Senhora Presidente da Câmara Municipal respondido que esta semana terão uma reunião com os técnicos da Empresa e essa situação será analisada, pelo que depois dará conhecimento da informação ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

TRANSMISSÃO DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

O Deputado Municipal Carlos Resendes, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e expôs que na primeira sessão da Assembleia Municipal, de 1 de fevereiro de 2018, e passado um ano, na primeira sessão da Assembleia Municipal, de 26 de fevereiro de 2019, apresentaram um pedido para que as sessões da Assembleia Municipal passassem a ser transmitidas em direto, via internet, à semelhança do que acontece em outras Assembleias Municipais, tendo, na altura, a Senhora Presidente da Câmara Municipal informado que o assunto estava a ser estudado. Questionou qual o ponto de situação sobre o assunto.

Apresentou, tal como já tinha referido na segunda sessão da Assembleia Municipal, de 23 de abril de 2019, que o Auditório onde são realizadas as sessões da Assembleia Municipal não é um espaço apropriado para a realização destas sessões. É um bom espaço, mas para assistirem a apresentações ou palestras, para reuniões de trabalho não é adequado, porque não está adaptado com as devidas condições de trabalho. Sugeriu a utilização de uma sala no Convento dos Franciscanos para a realização das sessões da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que os dois assuntos apresentados estão relacionados com questões logísticas e passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, respondeu que em relação às transmissões das sessões da Assembleia Municipal, na segunda sessão da Assembleia Municipal, de 23 de abril de 2019, foi apresentada a estratégia do Município, no âmbito da Modernização Administrativa e das Smart Cities e ao abrigo desse projeto irão submeter uma candidatura que

contempla equipamento para esse fim, embora, o assunto já tenha merecido uma reflexão, quer ao nível local, com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, quer ao nível de outras Entidades fora do Concelho. Essa situação tem de ser avaliada e não é porque outras Assembleias Municipais transmitem que também têm de o fazer. Na Ilha de São Miguel são duas Assembleias Municipais que transmitem em direto, via internet, as suas sessões.

Mais referiu, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que têm refletido sobre o contributo destas transmissões, quer as sessões da Assembleia Municipal, quer as reuniões públicas da Câmara Municipal. Os cidadãos têm conhecimento, através dos editais que são publicados, das datas das sessões da Assembleia Municipal que são públicas, bem como das datas das últimas reuniões do mês da Câmara Municipal, que também são públicas. Atualmente, os cidadãos têm meios de comunicar com a Câmara Municipal, quer em procedimentos administrativos, alertas ou sugestões e os Serviços Camarários recebem muita comunicação por via digital.

Expôs a Senhora Presidente da Câmara Municipal que existem pessoas que jamais viriam a uma sessão da Assembleia Municipal para atacar o trabalho e a honra dos eleitos, mas que por via da possibilidade da criação de um perfil falso nas redes sociais proferem palavras ofensivas e com suposição criminosa, o que não lhe permite o direito de defesa perante aquela pessoa. Da análise que vão fazendo entre Autarcas, começam a aperceber-se que este não tem sido o melhor caminho para a democracia que é algo que defendem e há espaços próprios para debate. A situação das transmissões das sessões da Assembleia Municipal ou das reuniões da Câmara Municipal colocam já algumas dúvidas sobre o interesse que as mesmas têm, para além do ataque que qualquer cidadão possa fazer. Existe o compromisso por parte da Câmara Municipal de submeter uma candidatura na 2.ª fase no âmbito da Modernização Administrativa, mas é algo que todos devem refletir e pensar se é o caminho que devem seguir. Como já referiu há outros meios para comunicar, a porta da Câmara Municipal está sempre aberta e todos os contatos estão disponíveis no portal da Câmara Municipal.

Sobre o espaço para a realização das sessões da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que o assunto não está esquecido. Está a decorrer uma Formação para Ativos e disponibilizaram as mesas e cadeiras para essa Formação, assim que terminar, ficarão com o material disponível para a realização destas sessões.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MUNICIPAL JOSÉ PACHECO:

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e sobre o assunto das transmissões das sessões da Assembleia Municipal, referiu que há alguma razão sobre a parte negativa dessas transmissões, mas há com certeza mecanismos para os conseguir combater, quer os de ordem legal ou os informáticos. Expôs que tem assistido a algumas transmissões de sessões de outras Assembleias Municipais e tem aprendido com essas sessões e, em sua opinião, é sempre positivo para a transparência e informação dos cidadãos, pelo que

o saldo será sempre mais positivo do que negativo. As pessoas não participam nas sessões da Assembleia Municipal, como também não participam nas sessões das Assembleias de Freguesia e cada vez votam menos e se não fizerem um esforço de aproximação, essa participação não vai acontecer. Sugeriu que a divulgação das datas da realização das sessões da Assembleia Municipal também fosse feita através da página do Facebook da Câmara Municipal.

O Deputado Municipal José Pacheco apresentou que, na última sessão da Assembleia Municipal, sugeriu que a Câmara Municipal deveria reforçar a divulgação dos serviços da recolha de resíduos de grandes dimensões, os chamados “monstros” e a recolha de resíduos verdes, no portal da Câmara Municipal e em outros meios de comunicação e, ainda, não viu nenhuma publicação nesse sentido. Tem visto publicações dessa natureza de outras Câmaras Municipais e defendeu que seria um trabalho positivo. Acrescentou que a Câmara Municipal tem um Vereador com formação nesta área e há que fazer um esforço no sentido de informar as pessoas, mas também de educar, caso contrário não podem só culpar as pessoas de situações menos adequadas, mas também a Câmara Municipal por falta de publicidade, embora algumas pessoas tenham conhecimento, nunca é demais lembrar.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que passará também a ser divulgado a realização das sessões da Assembleia Municipal, através da página do Facebook da Câmara Municipal. Sobre a situação da divulgação dos serviços da recolha de resíduos passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos, responsável por esta área.

O Senhor Vereador Nelson Santos, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e expôs que toda a informação relacionada com a área do ambiente e recolha de resíduos encontra-se divulgada na página do Facebook do CEFAL - Centro de Educação e Formação Ambiental de Lagoa e no portal da Câmara Municipal.

O Deputado Municipal José Pacheco referiu que viu a notícia “Lagoa mantém vigilância de nadador salvador no Complexo Municipal de Piscinas durante o inverno” e deu os parabéns à Câmara Municipal, pois entende que é uma boa medida e desejou que tenha bons resultados para quem frequenta aquele local.

Sobre a Freguesia da Ribeira Chã apresentou as seguintes situações:

- Na entrada da Freguesia da Ribeira Chã existem árvores com alguma dimensão, o que dificulta a passagem dos autocarros e gostaria de saber quando vão ser cortadas;
- Existe um projeto de ampliação e modernização do parque de estacionamento do Caldeirão, desde setembro de 2018, e questionou para quando está previsto o início das obras, pois há falta de estacionamento na localidade;

- Questionou quando vai avançar a execução do saneamento na rua Padre João Caetano Flores, à semelhança da obra que foi executada na rua de São José;
- Foi proposto na Assembleia de Freguesia da Ribeira Chã, o melhoramento da entrada na Freguesia da Ribeira Chã, pelo lado nascente, tal como foi feito no lado poente, pelo que solicitou a atenção da Câmara Municipal para esta situação;
- Foram novamente vandalizadas as casinhas do Quintal Etnográfico existente naquela Freguesia e tem conhecimento que toda aquela zona ia ser vedada, mas até ao momento ainda não foi, pelo que solicitou para a Câmara Municipal ter em conta também esta situação.

Disse, ainda, o Deputado Municipal José Pacheco que tinha mais uma questão para colocar, mas agradecia as respostas da Senhora Presidente da Câmara Municipal às questões ora apresentadas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal alertou que de acordo com o número 2 do artigo 31.º do Regimento desta Assembleia Municipal, no período antes da ordem do dia, não superior a uma hora, os membros da Assembleia apenas poderão intervir duas vezes, não excedendo cada uma das intervenções cinco minutos. Pediu ao Deputado Municipal José Pacheco que apresentasse todas as questões.

O Deputado Municipal José Pacheco referiu que, em sua opinião, seria melhor a Senhora da Câmara Municipal responder àquelas questões, referentes à Freguesia da Ribeira Chã, e em seguida apresentaria a outra questão.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que sobre o corte das árvores irá averiguar se já foi feito o pedido de autorização aos Serviços Florestais, para se proceder ao corte. Sobre o melhoramento da entrada na Freguesia, pelo lado nascente, informou que terá que se contatar com os proprietários dos terrenos para se estabelecer um acordo. Relativamente ao parque de estacionamento do Caldeirão, informou que esta obra está inscrita no orçamento para o ano de 2020, porque a Câmara Municipal não tem condições de a executar até ao final deste ano, face aos compromissos que já assumiu. Expôs que na Freguesia da Ribeira Chã tem estado uma equipa da Câmara Municipal quase em permanência, foram feitas várias intervenções, a obra de saneamento na rua de São José, as infraestruturas do novo loteamento e para o ano de 2020 vão avançar com a segunda fase do loteamento. A equipa que estava na Freguesia da Ribeira Chã está agora a trabalhar no edifício dos Paços do Concelho, cujo projeto foi candidatado a Fundos Comunitários, no âmbito da Modernização Administrativa. Mais informou a Senhora Presidente da Câmara Municipal que a execução do saneamento na rua Padre João Caetano Flores é uma situação nova, exige projeto e implica a aprovação por parte da Direção Regional do Ambiente, à semelhança da obra que foi executada na rua de São José, pelo que requer um prévio estudo. Sobre a vedação do Quintal Etnográfico, informou que na altura de submeter candidaturas, como já houve no passado várias hipóteses, o Centro

Social e Paroquial da Ribeira Chã, proprietário do espaço, optou por apresentar uma outra candidatura à ASDEPR - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural, para transformar uma casa da Paróquia numa casa de chá, foi uma opção da Instituição responsável. O Gabinete Técnico da Câmara Municipal preparou o projeto para vedação do Quintal Etnográfico, apresentou-o ao Centro, mas foi colocado de lado em detrimento de outro projeto que o Centro tinha intenções de concretizar, cuja candidatura submeteu, mas não foi ainda aprovada. Há a possibilidade de a Câmara Municipal trabalhar com o Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã e dos Núcleos Museológicos da Ribeira Chã serem geridos pela Câmara Municipal, no âmbito do Projeto do Museu da Lagoa, mas é um assunto que ainda está a ser tratado.

O Deputado Municipal José Pacheco referiu que desconhecia que não havia ainda o projeto para a execução do saneamento na rua Padre João Caetano Flores, a informação que tinha era que já existia o projeto. Acrescentou que, em sua opinião, seria importante que a Câmara Municipal chegasse a um acordo com o Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã, para a gestão daqueles espaços.

O Deputado Municipal José Pacheco expôs a última questão, relacionada com a aquisição dos Mupis Interativos que a Câmara Municipal disponibilizou na Praça de Nossa Senhora do Rosário e na Zona Balnear da Caloura. Disse que gostava que lhe explicassem como é que custou 48.552,62 € e para quem não sabe esta é a sua profissão, tem fornecedores que vendem esses equipamentos que têm um custo entre os 4.000,00 € e os 6.000,00 €, dependendo da complexidade do software. Na prática é fazer uma página da internet, mais ou menos "bonita", e não há barras de ouro, ou seja, há 37.000,00 € ou 38.000,00 € que não se consegue encontrar, alguém está a lucrar com isso, pois já pediu algum apoio técnico a pessoas que trabalham com este tipo de material e não há qualquer justificação para isso. Solicitou esclarecimentos sobre o assunto.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que esta área é da responsabilidade do Senhor Vereador Nelson Santos e passou-lhe a palavra.

O Senhor Vereador Nelson Santos, no uso da palavra, disse que já tinha partilhado a explicação deste processo com o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado. As insinuações que fazem podem-nas fazer, mas há responsabilidades que têm e quando as assumem devem tomá-las desde o princípio e no caso, em particular, o Deputado Municipal José Pacheco foi um dos alimentadores desta polémica que aqui trouxe em sede própria, pois acompanhou a sua participação nas redes sociais sobre este assunto. Essas insinuações, de quem tem e assumiu a responsabilidade de ser Deputado Municipal, não devem de ser feitas nas redes sociais, nem daquela forma, pois essa não seria a forma que atuaria se estivesse no seu lugar. A Câmara

Municipal tem todos os canais abertos para comunicar. No caso, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado estava com dúvidas e levantou questões em sede própria e explicou-lhe o processo. Mais referiu, que o que lhe incomoda e lhe deixa desconfortável é a insinuação sobre o valor, sem terem o cuidado de perceber se tem algum contexto ou não. Podem questionar a opção de a Câmara Municipal ter ou não ter os Mupis que, como responsável da área, tomou a decisão da Câmara Municipal ter dois Mupis no âmbito de uma candidatura, que foi aprovada pelo Turismo de Portugal. A decisão de os ter foi sua e isso pode ser discutível pelos Deputados Municipais. As pessoas que vê a utilizar os Mupis, parece-lhe que estão agradadas com a disponibilização da informação nos dois sítios. Nas primeiras semanas, houve dificuldades no seu funcionamento devido ao cabo de fibra ótica, mas esta situação já foi ultrapassada e estão em pleno funcionamento.

Mais referiu o Senhor Vereador Nelson Santos que a insinuação que o Deputado Municipal José Pacheco faz, não a faz a si, porque todo o processo administrativo de contratação foi preparado pelos respetivos Serviços de Contratação Pública. Os dados base do caderno de encargos foram iguais aos de outras Câmaras Municipais deste país, que também apresentaram candidaturas e foram aprovadas pelo Turismo de Portugal, dentro dos mesmos conceitos. Ao colocar em causa o processo da contratação, está a colocar em causa os Serviços de Contratação Pública da Câmara Municipal. Por exemplo, umas das grandes vantagens no sistema que foi adquirido, foi a obtenção da licença ilimitada de utilização do software e o computador profissional que foi instalado está preparado para trabalhar 24 horas por dia e 7 dias por semana. Disse que se o Deputado Municipal José Pacheco conseguir um equipamento igual, com as mesmas características e resistência, pelo valor de 5.000,00 €, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho, aqui presentes, também gostariam de ter um Mupi com informação da sua Freguesia, pelo que no próximo ano, colocariam um em cada Freguesia.

Acrescentou, como já transmitiu em sede própria ao Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, que devem pesquisar no portal do Turismo de Portugal os valores que estão lá disponibilizados. Expôs que por 5.000,00 €, não devem estar a falar do mesmo equipamento, nem do mesmo tipo de potencialidades que o equipamento possa vir a desempenhar. Esclareceu que todo o procedimento foi feito de forma correta e sem qualquer dessas insinuações que apresentou. A sua questão está a por em causa a idoneidade das pessoas e isso, em seu entender, não deve de ser feito. Relativamente à aquisição dos dois Mupis Interativos, assume a opção que tomou. Na próxima sessão da Assembleia Municipal dará conhecimento dos dados de utilização dos equipamentos, pois é mais uma funcionalidade que os mesmos têm.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado pediu a palavra, passando-lhe a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e referiu que a sua intervenção surge no seguimento do Senhor Vereador Nelson Santos ter falado no seu nome e não pode permitir que o seu nome lhe sirva de “arma de arremesso” para

tentar desmontar a intervenção apresentada pelo Deputado Municipal José Pacheco, sobre a aquisição dos Mupis Interativos. Disse que reconhece com toda a humildade a dedicação e o tempo que o Senhor Vereador Nelson Santos perdeu consigo para explicar todo o processo. A questão levantada pelo Deputado Municipal José Pacheco serviu para esclarecer todas as pessoas que estão aqui presentes. A brilhante explicação do Senhor Vereador Nelson Santos convenceu quem teve de convencer, no entanto, mantém a opinião de que o equipamento foi excessivamente caro. São convicções, e cada um tem as suas e o tempo dirá quem tem razão. O próprio medidor de intervenções, se for feito numa escala temporal, mostrará o efeito novidade desses Mupis e o após novidade.

O Deputado Municipal José Pacheco pediu para intervir, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referido que conforme já disse, de acordo com o número 2 do artigo 31.º do Regimento desta Assembleia Municipal, os membros da Assembleia apenas podem intervir duas vezes, tendo o Deputado Municipal José Pacheco já ultrapassado esse limite.

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, invocou o direito de resposta ao Senhor Vereador Nelson Santos. Expôs que fez um comentário nas redes sociais dentro da sua liberdade de expressão, como a Câmara Municipal tem a liberdade de publicitar coisas que desconhece, pois não conhecia e fez um comentário. Não lhe vai dar contatos, porque não vai vender. Deu um exemplo de um vídeo hall que está a adquirir com bastante tecnologia e vai custar-lhe cerca de 24.000,00 €, mais IVA, ou seja, como é que um vídeo hall, preparado para o exterior, com toda a tecnologia, custa o mesmo valor que um pequeno Mupi. No norte do país, há várias empresas que vendem esse tipo de equipamento. Disse, ainda, que um dia convida o Senhor Vereador Nelson Santos para cantar com ele, porque canta bem, mas não lhe convenceu, pois não encontra justificação para os 37.000,00 €, porque não os vê. Não põe em causa ninguém, nem os Serviços da Câmara Municipal, mas a história está mal contada.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que relativamente a este assunto, são um grupo de pessoas desconhecedoras e o país inteiro é desconhecedor. Indo ao portal do Turismo de Portugal vão ver as candidaturas que foram aprovadas e vão perceber que o país é governado por uma centena de “patetas”, porque há pessoas aqui a vender Mupis por 5.000,00 € e estão todos a comprar pelo valor de quase 25.000,00 €. Dirigiu a palavra ao Deputado Municipal José Pacheco, dizendo que o que fez foi uma insinuação grave que, em seu entender, deveria responder por ela na justiça, pois não é uma situação que esteja fora de hipótese, porque vão levando as coisas com alguma ligeireza, justificando que é política, mas já está ultrapassando o razoável. Defendeu que a Câmara Municipal, ao longo dos anos, sempre se pautou por trabalhar de forma séria e rigorosa. As pessoas suspeitam de coisas que não correspondem à verdade, esta insinuação que o Deputado Municipal José Pacheco fez, em particular, atinge os funcionários da Câmara Municipal que trabalham para além do seu horário

de trabalho e fazem por corresponder o seu trabalho aos objetivos e metas que o Executivo Municipal se propõe para as várias áreas.

Mais referiu a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que tendo o Deputado Municipal José Pacheco o seu contato, no momento em que leu a notícia e lhe chocou, ligava-lhe ou para qualquer membro do Executivo e questionava, sendo que ao alimentar a discussão quis criar a dúvida. Suscitar a dúvida num conjunto de pessoas menos conhecedoras de uma situação que para si não era normal, fez com que os outros também pensassem que a situação também não seria normal. O processo pode ser consultado por qualquer entidade, é transparente e não é diferente de nenhum outro processo que foi submetido às candidaturas do Turismo de Portugal e não podem estar a falar do mesmo tipo de equipamento.

Acrescentou, a Senhora Presidente da Câmara Municipal que, como o Senhor Vereador Nelson Santos disse, uma situação é o Deputado Municipal José Pacheco questionar qual a razoabilidade de ter Mupis, se faz sentido ou não, pois são decisões que tomaram, agora levantar dúvidas como quem é que está a ganhar com isso, já é um campo muito diferente e isso não pode aceitar. Só tem a lamentar que essa seja a postura da Oposição nesta Assembleia Municipal.

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e referiu que já se passou uma hora desde o início desta sessão. Foi apresentada uma preocupação que até compreende e que é legítima, que se prende com as transmissões destas sessões, invocando um direito de proximidade. É com espanto que, entretanto, acontecem insinuações e concorda com o que o Senhor Vereador Nelson Santos e a Senhora Presidente da Câmara Municipal disseram, nomeadamente, que estas são insinuações graves e é isso que afasta as pessoas. São todos políticos, pertenceram a uma lista partidária para representar o povo e estão a fazer política no sítio certo, mas custa-lhe ver insinuações em meios não apropriados e, pior ainda, perpetuar as insinuações na casa que se deviam dar ao respeito e insinuar que uma opção foi tomada não por um erro, não por uma opção lógica e justificada, mas porque se entendeu que alguém vai ganhar dinheiro aqui ou ali.

Mais referiu que se tinha dúvidas nas transmissões das sessões da Assembleia Municipal e como a Senhora Presidente da Câmara Municipal pediu reflexão, disse que face às suas dúvidas e na sua reflexão, nesta hora, não sente que esta Assembleia Municipal, não faltando o respeito a ninguém, tenha hombridade e capacidade para ser transmitida para quem está lá em casa. Se estivesse a ouvir essa discussão de uma hora sobre os Mupis, por mais interessado que estivesse, sentir-se-ia ofendido, porque alguém lhe tinha roubado uma hora da sua vida, ou, se estivesse interessado, pensava que todos os que aqui estão, incluindo o Executivo, os técnicos que participaram no concurso, têm interesses nos Mupis. Apresentou que foi um desabafo e esperava que esta hora fosse aproveitada por todos os Deputados Municipais de forma mais rentável e não para discutir Mupis. Há situações mais interessantes sobre o Concelho para serem discutidas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que não pode passar ao período da ordem do dia, sem antes fazer um comentário. O Deputado Municipal Frederico Sousa já disse algo que também ia dizer, hoje teve a missão de presidir a esta sessão e se alguém estivesse a assistir a esta transmissão, poderia pensar que ele fazia parte da quadrilha que andou a roubar. Os palavrões são seus, enquanto as insinuações são do Deputado Municipal José Pacheco. Quando deu o seu nome e se submeteu a este cargo, não foi para o sujar, pois tem o direito de defender aqueles que estão na mesma posição e vieram com a mesma intenção de servir o Concelho de Lagoa e não pode, em momento algum, permitir que o Deputado Municipal José Pacheco enxovalhe, com esse tipo de insinuações, o bom nome dos que aqui estão. Cabe-lhe a si, na qualidade de presidir a esta Assembleia Municipal, dizer que o Deputado Municipal José Pacheco tenha “tento na língua”, sob pena de sofrer as consequências. Pediu-lhe para fazer uma leitura atenta do Regimento desta Assembleia Municipal, pois não vale tudo e tem que pensar que se a população da Lagoa votou em 70,19% no PS e 23,67% no PSD, foi por alguma razão. Em sua opinião, no caminho que está a trilhar não está a ganhar, mas sim a perder e felizmente que esta sessão não está a ser transmitida.

Vai dar início ao período da ordem do dia e espera que consigam olhar uns para os outros como pessoas de bem, pois sempre os olhou como pessoas de bem e não estão vestidos nem de rosa nem de laranja, mas para defender os interesses da Lagoa e não pode permitir que esta sessão tenha outro sentido. Não podia dar início aos trabalhos sem dizer isso, pois cabe-lhe defender os membros que aqui estão por bem, porque o bom nome tem de ser defendido do primeiro ao último minuto. Caso contrário, correm o risco de passarem a ter ainda mais dificuldades no recrutamento de pessoas válidas para o exercício de cargos políticos, devido aos que atuam como o Deputado Municipal José Pacheco, que protagonizam acusações lamentáveis, sem provas, que só contribuem para denegrir a classe política. Cava-se, assim, ainda mais o fosso entre eleitos e eleitores com sérias consequências futuras.

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, referiu que o que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse é ofensivo e que fique registado em ata, pois são conclusões suas e de mais alguém.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que não podia deixar passar que o nome das pessoas que aqui estão por bem, retirando tempo às suas famílias, para dedicação ao interesse público, seja posto em causa dessa forma.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação, a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira

do município, bem como o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, conforme previsto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal apreciou as informações, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 2 – PROPOSTA – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 16 de agosto de 2019, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, no Município de Lagoa - Açores, no valor de:

c) Prédios urbanos – 0,3 %.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezanove membros presentes:

1.º A fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, a aplicar em 2020, no Município de Lagoa - Açores, no valor de 0,3 % para os Prédios urbanos, conforme estabelecido na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 3 – PROPOSTA – LANÇAMENTO DE DERRAMA:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 16 de agosto de 2019, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal:

a) O lançamento anual da derrama, no valor de 0,95 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

b) Lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50 % para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse (euro) 150 000, nos termos do n.º 24 do artigo 18.º da referida Lei.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quinze votos a favor de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e quatro votos contra dos membros do PSD: Carlos Resendes; Vítor Sousa; José Pacheco e Carla Galvão, dos dezanove membros presentes:

1.º Autorizar o lançamento anual da derrama, no valor de 0,95 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que

corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Autorizar lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50 % para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse (euro) 150 000, conforme estabelecido no n.º 24 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

3.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 4 – PROPOSTA – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 16 de agosto de 2019, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, a fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano de 2020, em 0,25 %.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezanove membros presentes:

1.º A fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano de 2020, em 0,25 %, conforme estabelecido na alínea b) do n.º 3 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua atual redação;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 5 – PROPOSTA – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 16 de agosto de 2019, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, a aplicação da taxa de 5 % sobre a participação variável no IRS, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezanove membros presentes:

1.º A aplicação da taxa de 5 % sobre a participação variável no IRS, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 6 – PROPOSTA – REDUÇÃO DA TAXA DO IMI, PREVISTA NO ARTIGO 112.º-A DO CIMI - PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 16 de agosto de 2019, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, a fixação de uma redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, no Município de Lagoa - Açores, prevista no artigo 112.º-A do CIMI, a aplicar aos prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo.

O n.º 1 do referido artigo 112.º-A refere que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20,00
2	40,00
3 ou mais	70,00

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezanove membros presentes:

1.º A fixação de uma redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, no Município de Lagoa - Açores, prevista no artigo 112.º-A do CIMI, a aplicar aos prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 7 – PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL 2019:

Pela Câmara Municipal foi presente o Parecer do Fiscal Único, emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, sobre a Informação Financeira do semestre findo, em 30 de junho de 2019, deste Município, incluída no Balanço e na Demonstração dos Resultados e nos Mapas de Execução Orçamental.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou o Parecer do Fiscal Único sobre a Informação Financeira Semestral, remetido nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

PONTO N.º 8 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, apresentada em reunião Camarária de 13 de setembro de 2019, que abaixo se transcreve:

“A atual estrutura orgânica da Câmara Municipal de Lagoa, aprovada em reunião Camarária de 10 de abril de 2015 e apresentada em sessão da Assembleia Municipal, de 28 de abril de 2015, manteve a deliberação da Assembleia Municipal, de 14 de abril de 2011, que estabeleceu como limite a existência de 4 Unidades Orgânicas e 8 Subunidades Orgânicas.

De modo, a ser implementado uma nova dinâmica de atuação e uma maior operacionalidade e eficiência dos serviços, face aos atuais desafios e exigências que se vão colocando às Autarquias Locais, torna-se necessário proceder a ajustes à atual Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, de forma a otimizar-se o desempenho dos serviços em moldes que lhes permitam dar uma melhor resposta às solicitações decorrentes das suas atribuições e competências.

As principais alterações à Estrutura e Organização dos Serviços Municipais traduzem-se no seguinte:

- a) Passar de 4 para 5 Unidades Orgânicas e de 8 para 6 Subunidades Orgânicas.
- b) É criada uma nova Unidade Orgânica de Ação Social, Saúde, Educação e Cultura que será dirigida por um Dirigente Intermédio de 3.º grau que ficará responsável pelos seguintes serviços:
 - Ação Social;
 - Saúde;
 - Educação;
 - Cultura.
- c) É criada uma nova Unidade Orgânica de Desporto, Juventude e Turismo, que será dirigida por um Dirigente Intermédio de 3.º grau que ficará responsável pelos seguintes serviços:
 - Desporto;
 - Juventude;
 - Turismo.
- d) Há uma reorganização interna dos serviços pelas respetivas Unidades Orgânicas, de acordo com as suas especificidades.

Assim, ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se para aprovação da Câmara Municipal e submissão da Assembleia Municipal a alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, em anexo, para que possa ser dada uma resposta mais concisa aos cenários que se impõem e à nova realidade da atuação do Município de Lagoa – Açores.

Igualmente, se anexa a representação gráfica da Estrutura (Organograma) dos Serviços Municipais.”

O Deputado Municipal Carlos Resendes, no uso da palavra, solicitou esclarecimentos sobre a proposta apresentada.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que conforme foi explicado na reunião da Câmara Municipal, foi apresentada a proposta de alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, no sentido de ser implementado uma maior operacionalidade e eficiência dos serviços. De acordo com a Lei do SIADAP - Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, os trabalhadores devem de ser avaliados pelo seu superior hierárquico imediato ou, na sua ausência ou impedimento, pelo superior hierárquico de nível seguinte, e não pelo dirigente máximo do serviço, como acontecia, sendo da competência do dirigente máximo do serviço coordenar e controlar o processo de avaliação, bem como homologar as avaliações, pelo que foram alocados às Unidades Orgânicas os respetivos serviços.

Mais informou a Senhora Presidente da Câmara Municipal que foram criadas duas novas Unidades Orgânicas que serão dirigidas por um Dirigente Intermédio de 3.º grau, a Unidade Orgânica de Ação Social, Saúde, Educação e Cultura e a Unidade Orgânica de Desporto, Juventude e Turismo. Com o novo modelo de estrutura orgânica, passam de 4 para 5 Unidades Orgânicas e de 8 para 6 Subunidades Orgânicas.

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, deu um exemplo que tem sido aplicado em outros Organismos Oficiais que é tendencialmente a Cultura ficar associada ao Turismo. É uma reflexão que deverá ser feita para o futuro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quinze votos a favor de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e quatro abstenções dos membros do PSD: Carlos Resendes; Vítor Sousa; José Pacheco e Carla Galvão, dos dezanove membros presentes:

1.º Aprovar a proposta apresentada de alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, com o novo modelo de estrutura orgânica, com a criação de uma nova unidade orgânica flexível, passando das atuais 4 para 5 Unidades Orgânicas e de 8 para 6 Subunidades Orgânicas, nos termos do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação e alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 9 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2019, apresentada em reunião Camarária de 13 de setembro de 2019, nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, elaborada com base na proposta de alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quinze votos a favor de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e quatro abstenções dos membros do PSD: Carlos Resendes; Vítor Sousa; José Pacheco e Carla Galvão, dos dezanove membros presentes:

1.º Aprovar a proposta de alteração do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2019, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 10 – DELIMITAÇÃO DE UMA UNIDADE DE EXECUÇÃO:

Foi presente o procedimento da delimitação de uma Unidade de Execução na Área Turística de Água de Pau (UOPG 13), após o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, o qual foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 147, de 2 de agosto de 2019, sem que dele tivesse resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões. Igualmente, foi presente o relatório de ponderação da Discussão Pública.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezanove membros presentes:

1.º Aprovar o procedimento da delimitação de uma Unidade de Execução na Área Turística de Água de Pau (UOPG 13), nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 11 – AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO NA ESTRADA DE PORTUGAL E DAS COMUNIDADES, CABOUÇO, PARA AFETAR AO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO:

Pela Câmara Municipal foi presente o processo, acompanhado da informação dos respetivos Serviços, sobre o assunto supra mencionado, informando que este assunto deverá ser submetido à apreciação da Assembleia Municipal, para se proceder à elaboração de uma escritura de aquisição de uma parcela de terreno com a área de 740,00 m², pelo valor de 5.180,00 € (cinco mil cento e oitenta euros) a desanexar do artigo 61, Seção Q, da freguesia de

Nossa Senhora do Rosário, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º 1939/19950323-Rosário, pertencente a Maria da Luz Branco Pacheco Vieira, para integração do domínio público municipal, concretamente aquando da abertura de uma via perpendicular à Estrada das Comunidades, no sentido nascente/poente, que dá ligação à rua das Arrudas da freguesia do Cabouco, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea q) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quinze votos a favor de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e quatro abstenções dos membros do PSD: Carlos Resendes; Vítor Sousa; José Pacheco e Carla Galvão, dos dezanove membros presentes:

1.º Aprovar a afetação da parcela de terreno acima identificada, do domínio privado (particular) para o domínio público Municipal, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 12 – CEDÊNCIA A TÍTULO GRATUITO DE PARCELAS DE TERRENO DO DOMÍNIO PRIVADO (PARTICULAR) PARA AFETAR AO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO:

Pela Câmara Municipal foi presente o processo, acompanhado da informação dos respetivos Serviços, que abaixo se transcreve:

“Sobre o assunto supra mencionado e a informação da Chefe de Divisão de Gestão Urbana e Infraestruturas (Eng.ª Andreia Delfim) em anexo, cumpre-me informar V. Ex.ª que este assunto deverá ser presente à Reunião Camarária a fim de, sendo aprovado, ser, posteriormente, submetida à apreciação da Assembleia Municipal, para se proceder à elaboração de escrituras de cedência a título gratuito, das seguintes parcelas de terreno, para integração do domínio público municipal, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea q) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro:

Prédio 1

Prédio rústico, com o artigo matricial 18, da secção M do Rosário, sendo proprietário o Sr. Luís Manuel Soares Eleutério. O prédio tem uma área total de 1380 m², sendo que a área a ser cedida para o domínio público é de 57,0 m².

Prédio 2

Prédio rústico, com o artigo matricial 19, da secção M do Rosário, sendo proprietário o Sr. José Virgínio de Almeida, Cabeça de Casal da Herança. O prédio tem uma área total de 1320 m², sendo que a área a ser cedida para o domínio público é de 55,0 m².

Prédio 3

Prédio rústico, com o artigo matricial 20, da secção M do Rosário, sendo proprietário a Quinta da Paródia – Parque Rural de Entretenimento Educativo, Unipessoal, Lda. O prédio tem uma área total de 43.900 m², sendo que a área a ser cedida para o domínio público é de 337,0 m².” A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezanove membros presentes:

- 1.º** Aprovar a afetação das parcelas de terreno acima identificadas, do domínio privado (particular) para o domínio público do Município, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 13 – XXIV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:

Foi presente a circular n.º 51/2019, de 13 de setembro do corrente ano, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre o XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, cujo teor abaixo se transcreve:

“A Associação Nacional de Municípios Portugueses realiza nos dias 29 e 30 de novembro de 2019, em Vila Real, o seu XXIV Congresso Nacional.

Nos termos do n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos da ANMP compõem o Congresso Nacional três delegados de cada Município associado, de entre os quais um Presidente de Junta de Freguesia ou seu substituto (também este Presidente de Junta de Freguesia) ambos eleitos em Assembleia Municipal.

Neste sentido vimos solicitar que seja aproveitada a próxima reunião da Assembleia Municipal para procederem à eleição dos referidos Presidentes de Junta de Freguesia (efetivo e substituto) tendo em vista a representação das Freguesias desse Município no XXIV Congresso da ANMP.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quinze votos a favor de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e quatro abstenções dos membros do PSD: Carlos Resendes; Vítor Sousa; José Pacheco e Carla Galvão, dos dezanove membros presentes:

- 1.º** Eleger o Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco - Adriano Manuel Mota Costa;
- 2.º** Eleger como suplente, o Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário - Gilberto de Sousa Borges;
- 3.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 14 – OUTROS ASSUNTOS:

Conforme disponibilizado a todos os membros, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a introdução dos seguintes assuntos:

- Proposta – Segunda alteração ao Regulamento LAGOA INVESTE - Regulamento de apoio a iniciativas económicas de interesse municipal;
- Proposta - Contrato de arrendamento de lotes sitos ao Empreendimento Tecnoparque, Lagoa - Mediação Imobiliária;
- Proposta – Alteração do Regulamento para o provimento de cargos de direção intermédia de 3.º grau do Município de Lagoa - Açores;
- Proposta – Nomeação de Júri Procedimento Concursal para Provimento de Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezanove membros presentes, concordar com a introdução dos referidos assuntos.

O Deputado Municipal Carlos Resendes, no uso da palavra, solicitou um intervalo de cinco minutos, para trocarem impressões sobre os quatro assuntos, o que foi concedido pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Decorreu um intervalo de cinco minutos.

PROPOSTA – SEGUNDA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO LAGOA INVESTE - REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL:

Foi presente a proposta da segunda alteração ao Regulamento LAGOA INVESTE - Regulamento de Apoio a Iniciativas Económicas de Interesse Municipal, após o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, a qual foi publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 152, de 9 de agosto de 2019, sem que dele tivesse resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezanove membros presentes:

- 1.º** Aprovar a proposta da segunda alteração ao Regulamento LAGOA INVESTE - Regulamento de Apoio a Iniciativas Económicas de Interesse Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PROPOSTA - CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE LOTES SITOS AO EMPREENDIMENTO TECNOPARQUE, LAGOA – MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta sobre o Contrato de arrendamento de lotes sitos ao Empreendimento Tecnoparque, Lagoa – Mediação Imobiliária, a qual foi presente em reunião da Câmara Municipal de 27 de setembro de 2019, com a correção dos lotes urbanos L5 ao L18.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezanove membros presentes:

1.º Aprovar a proposta apresentada, referente ao Contrato de Arrendamento de lotes sitos ao Empreendimento Tecnoparque, Lagoa – Mediação Imobiliária, com a autorização da promoção da venda dos lotes urbanos L5 ao L18;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Foi presente a proposta de alteração do Regulamento para o provimento de cargos de direção intermédia de 3.º grau do Município de Lagoa – Açores, apresentada em reunião camarária de 27 de setembro de 2019.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quinze votos a favor de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e quatro abstenções dos membros do PSD: Carlos Resendes; Vítor Sousa; José Pacheco e Carla Galvão, dos dezanove membros presentes:

1.º Aprovar a proposta apresentada de alteração do Regulamento para o provimento de cargos de direção intermédia de 3.º grau do Município de Lagoa – Açores, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PROPOSTA – NOMEAÇÃO DE JÚRI PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta, apresentada em reunião Camarária de 27 de setembro de 2019, para nomeação de júri para o provimento concursal para provimento de cargos de direção intermédia de 3.º grau, da Unidade Orgânica de Ação Social, Saúde, Educação e Cultura e da Unidade Orgânica de Desporto, Juventude e Turismo, com a seguinte composição:

Presidente: Maria Clara Maurício Cordeiro Ganhão, Chefe de Divisão de Administração Geral;

1.º Vogal: Andreia de Moraes Lobo Delfim, Chefe de Divisão de Gestão Urbana e de Infraestruturas;

2.º Vogal: Duarte Jorge Arruda Oliveira, Dirigente Intermédio de 3.º grau, da Unidade Orgânica de Obras, Águas e Serviços Urbanos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quinze votos a favor de todos os membros do PS, já supra melhor identificados nas presenças desta sessão e quatro abstenções dos membros do PSD: Carlos Resendes; Vítor Sousa; José Pacheco e Carla Galvão, dos dezanove membros presentes:

1.º De acordo com o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, designar o júri para o recrutamento dos cargos de Direção Intermédia de 3.º grau, da Unidade Orgânica de Ação Social, Saúde, Educação e Cultura e da Unidade Orgânica de Desporto, Juventude e Turismo, com a seguinte composição:

Presidente: Maria Clara Maurício Cordeiro Ganhão, Chefe de Divisão de Administração Geral;

1.º Vogal: Andreia de Moraes Lobo Delfim, Chefe de Divisão de Gestão Urbana e de Infraestruturas;

2.º Vogal: Duarte Jorge Arruda Oliveira, Dirigente Intermédio de 3.º grau, da Unidade Orgânica de Obras, Águas e Serviços Urbanos;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Não se observou nenhuma intervenção.

Antes de dar por terminada esta sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença e a colaboração de todos, as intervenções e os esclarecimentos prestados e em seu nome pessoal pediu desculpas pela forma acalorada com que defendeu a sua honra e a honra dos que estiveram naquela sala. Espera que todos, em qualquer função que estejam a desempenhar, juntos, consigam fazer o melhor no interesse dos munícipes. Desejou a todos uma boa noite.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte horas, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, nomeada para o efeito, a redigi e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO
